



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE

Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública - PGAP

Mestrado Profissional em Administração Pública - MPA

PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO:
FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

Jéssica Cristina Pereira Santos

Brasília, DF

2025

PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO:
FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

Jéssica Cristina Pereira Santos

Produto Técnico-Tecnológico apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Mauerberg Junior

Brasília, DF

2025

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura Conceitual de Monitoramento da Assistência Estudantil.....	7
--	---

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores-chave Finais para o Monitoramento	11
Tabela 2 - Indicadores-chave Intermediário para o Monitoramento	13

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 DESCRIÇÃO GERAL DO FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS	7
2.1 Introdução.....	7
2.2 Fase I – Planejamento.....	9
2.2.1 Comece pelo Porquê.....	9
2.2.2 Definição do Objeto de Monitoramento	10
2.3 Fase II – Definição de Indicadores-chave	11
2.4 Fase III – Elaboração de Painéis de Indicadores	14
2.5 Fase IV – Definição de Fontes de Informação para o Acompanhamento Regular do Programa.....	15
2.6 Fase V – Definição de Estratégias de Análise e Disseminação das Informações	16
2.7 Plano de Implantação do PTT	18
2.7.1 Apresentação da Metodologia e Formação de Grupo de Trabalho (GT)	18
2.7.2 Projeto-piloto para Validação Prática.....	18
2.7.3 Revisão e Submissão ao CONIF e Fóruns	18
2.7.4 Institucionalização e Divulgação.....	18
2.7.5 Capacitação e Fortalecimento do Capital Humano	18
2.7.6 Implantação da Cultura do Monitoramento e Revisões Periódicas.....	18
2.7.7 Pontos de Atenção	19
3 BASE TEÓRICA UTILIZADA	19
4 RELEVÂNCIA DO PRODUTO	21
4.1 Complexidade e Aderência.....	21
4.2 Potencial Inovador.....	21
4.3 Aplicabilidade.....	22
4.4 Impacto Potencial	22
5 DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E EVIDÊNCIAS	23
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	27
APÊNDICE B – FICHAS DOS INDICADORES SISTEMATIZADOS	29

PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO – FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

1 INTRODUÇÃO

A avaliação e o monitoramento devem atuar de forma complementar em um sistema integrado, gerando informações essenciais para o aprimoramento de programas e projetos, sendo fundamentais para alcançar os resultados almejados, promover a aprendizagem coletiva e subsidiar a tomada de decisões baseadas em dados gerenciais (Santos & Raupp, 2015). Monitorar possibilita aprender com a experiência, identificar o que funciona e o que não funciona, corrigir erros, evitar desperdícios e promover transparência, permitindo que outros atores e cidadãos acompanhem o andamento das iniciativas (Joppert & Silva, 2012).

Nessa seara, a primeira parte desta dissertação analisou a situação do monitoramento das políticas de assistência estudantil em cinco Institutos Federais (IFs), abrangendo todas as regiões do país. O estudo mapeou processos e resultados dessas políticas a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), identificando instrumentos de monitoramento, boas práticas, lacunas e desafios, com a perspectiva de orientar possíveis diretrizes nacionais sobre a temática. Os resultados evidenciaram a diversidade de estratégias nos IFs e a ausência de um monitoramento estruturado, agravada por fatores como escassez de pessoal, falta de critérios claros para indicadores e ausência de sistemas de gestão eficientes. Ademais, foram sistematizados cinco indicadores-chave para o monitoramento das ações, além de sugestões para o aprimoramento da assistência estudantil.

Com base nesse diagnóstico, este Produto Técnico-Tecnológico (PTT) propõe uma intervenção fundamentada em evidências teórico-empíricas para estruturar um sistema nacional de monitoramento das políticas de assistência estudantil nos IFs. O framework desenvolvido integra uma revisão bibliográfica e documental aprofundada, aliada às práticas adotadas nos IFs e a boas práticas identificadas em guias de monitoramento. A metodologia segue um ciclo de planejamento, coleta e análise de dados, identificação de necessidades e implementação de soluções, promovendo uma integração dinâmica entre teoria e prática (Koerich et al., 2009; Thiollent, 2018). Acredita-se que essa estrutura conceitual pode somar para o fortalecimento da efetividade da assistência estudantil, contribuindo para a democratização do acesso e permanência dos estudantes na educação pública federal.

Dentre as possibilidades de PTT disponíveis para serem apresentados como produto da dissertação, o framework de monitoramento das políticas de assistência estudantil se enquadra

como um produto do Grupo 3: Processo, produto, material, tecnologia social, relatório técnico conclusivo e/ou produto bibliográfico (artigo técnico), conforme manual do Programa; constituindo-se essencialmente na documentação de um novo processo de gestão a ser proposto aos IFs visando a melhoria de sua eficiência em relação ao tema da assistência estudantil.

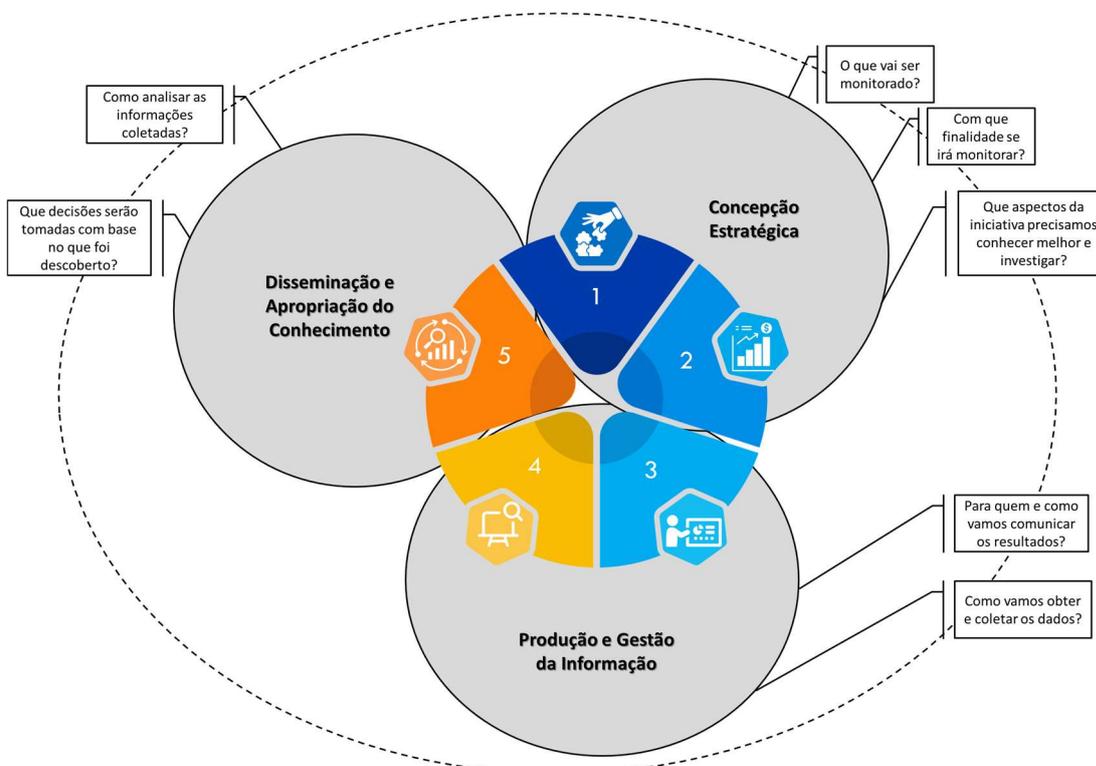
2 DESCRIÇÃO GERAL DO FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

2.1 Introdução

Este framework oferece uma estrutura conceitual para a implantação de um sistema de monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs, abrangendo as etapas essenciais do processo: planejamento, definição de indicadores-chave, elaboração de painéis, identificação de fontes de informação para o acompanhamento regular e estratégias de análise e disseminação de dados, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 1

Estrutura Conceitual de Monitoramento da Assistência Estudantil



Nota. Elaborada pela autora.

De maneira prática, esta ferramenta sugere rotinas para o processo de monitoramento, a saber: 1) coleta regular de dados; 2) processamento e transmissão dos dados; 3) produção de indicadores baseados nos dados coletados; e 4) acompanhamento e análise desses indicadores.

Cada instituição pode adotar essa estrutura como ponto de partida para criar ou complementar seus sistemas de monitoramento. Entretanto, o ideal é que o framework seja institucionalizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) como uma diretriz nacional para o monitoramento das políticas de assistência estudantil, promovendo sistemas híbridos que combinem métricas gerais obrigatórias com medidas específicas adaptadas às realidades locais, conforme sugere a literatura, reconhecendo a diversidade dos IFs, sua autonomia, os desafios regionais e o contexto específico da assistência estudantil.

Assim, é essencial destacar que a execução do PTT exige uma consulta detalhada ao arcabouço teórico relacionado ao monitoramento e avaliação de políticas públicas, além da análise cuidadosa dos regulamentos e instrumentos institucionais, como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs). Considerar essas especificidades é fundamental para assegurar um monitoramento eficaz e adaptado às realidades e demandas de cada IF.

A proposta foi desenvolvida a partir da literatura contemporânea especializada em monitoramento e avaliação de políticas públicas, aliada às práticas já existentes em IFs, especialmente em relação a indicadores previstos nos PDIs, amplamente utilizados para fins similares, conferindo robustez à proposta. Também foram incorporados princípios de guias de monitoramento e estudos realizados em Universidades Federais, que, assim como os IFs, executam o PNAES e a Política Nacional de Assistência Estudantil. Isso confere ao framework uma abordagem multidimensional, prática e alinhada às experiências de sucesso em monitoramento.

Mais do que aprimorar o monitoramento das ações de assistência estudantil, esta ferramenta busca promover uma cultura de avaliação contínua, assegurando que as políticas estejam alinhadas aos objetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil e gerem os impactos esperados na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes. Com isso, torna-se possível compreender como as políticas afetam a vida dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo ajustes e melhorias contínuas que maximizem seus benefícios.

O framework estruturado neste estudo é composto por cinco fases, organizadas em três dimensões para tornar sua aplicação mais didática e eficaz. A primeira dimensão, denominada

concepção estratégica, compreende as fases de planejamento (fase 1) e definição dos indicadores a serem monitorados (fase 2). Essa dimensão busca responder a questões fundamentais, como: O que será monitorado? Com que finalidade? Quais aspectos precisam ser melhor compreendidos?

A segunda dimensão, denominada produção e gestão da informação, abrange as fases de elaboração de painéis de indicadores (fase 3) e identificação de fontes de informação (fase 4). Aqui, as perguntas norteadoras são: Para quem e como os resultados serão comunicados? Como os dados serão obtidos e coletados?

Por fim, a terceira dimensão, chamada disseminação e apropriação do conhecimento, concentra-se na fase de análise das informações (fase 5), abordando questões como: Como interpretar os dados coletados? Quais decisões podem ser tomadas com base nessas descobertas? Essa última etapa assegura que o monitoramento não se limite à coleta de informações, mas se traduza em aprimoramentos concretos para a assistência estudantil em Institutos Federais.

2.2 Fase I – Planejamento

A etapa de planejamento de um sistema de monitoramento para as políticas de assistência estudantil nos IFs deve ser guiada por questões fundamentais, como: O que será monitorado? Com que finalidade o monitoramento será realizado? Quais aspectos da iniciativa devem ser investigados?

De acordo com Januzzi (2016), cada programa ou política pública exige um sistema de monitoramento alinhado ao seu desenho de intervenção e modelo de gestão. Logo, nesta fase, é essencial compreender a lógica da política e o fenômeno a ser monitorado, definindo as dimensões relevantes para análise. O foco central é assegurar que o monitoramento esteja direcionado para contribuir com o alcance dos objetivos dos programas e ações, promovendo uma análise focada e efetiva.

2.2.1 Comece pelo Porquê

O monitoramento vai além de uma ferramenta técnica; é uma prática estratégica essencial para assegurar a efetividade das políticas públicas. Ele mantém as ações governamentais alinhadas às suas metas, promovendo maior impacto social e uso responsável dos recursos públicos. Quando utilizado sistematicamente, o monitoramento consolida uma administração pública mais responsiva, transparente e orientada a resultados.

Nesse contexto, questões-chave que o monitoramento e a avaliação devem responder incluem: As políticas de assistência estudantil estão contribuindo para a permanência dos estudantes? Em que medida os objetivos estão sendo alcançados? Os beneficiários estão concluindo seus cursos no tempo adequado? Como está o desempenho acadêmico desses estudantes?

Tais questionamentos, alinhados aos objetivos e impactos esperados norteiam o que deve ser monitorado, definindo os objetos e dimensões do monitoramento e determinando os indicadores necessários. Em última instância, esses indicadores serão a base para avaliar os efeitos e a efetividade das políticas implementadas e fornecerão subsídios para a tomada de decisão.

Nessa linha, é crucial sensibilizar os servidores dos IFs sobre a importância do monitoramento e seu propósito real nas políticas de assistência estudantil, afastando uma visão exclusivamente fiscalizatória e punitiva. Para isso, estratégias como a elaboração de manuais e cartilhas, a realização de capacitações e seminários sobre monitoramento e avaliação podem integrar essas práticas ao cotidiano das instituições, promovendo maior engajamento.

Compreender a diferença entre monitoramento, avaliação e controle é igualmente importante. Enquanto o controle foca na legalidade dos atos administrativos, o monitoramento e a avaliação concentram-se na qualidade da gestão. Monitorar e avaliar as políticas de assistência estudantil nos IFs tem como objetivo principal o aprimoramento do desenho e gestão dessas políticas, bem como a produção de evidências sobre seu mérito e valor para a permanência e o sucesso dos estudantes. Assim, o monitoramento pode, complementarmente, fornecer informações relevantes para atividades de controle.

2.2.2 Definição do Objeto de Monitoramento

Entender o foco e as razões para realizar o monitoramento é apenas o primeiro passo. O próximo é aprofundar-se no objeto a ser monitorado, investigando minuciosamente sua legislação, os recursos disponíveis (humanos, financeiros e físicos), os recursos consumidos (materiais e imateriais), seu funcionamento operacional — ou seja, as atividades e procedimentos realizados em cada etapa — e os resultados esperados em cada uma delas.

Esse conhecimento detalhado permite aos gestores delimitar com precisão as dimensões relevantes para o monitoramento, respondendo à questão inicial: Por que monitorar? Para isso, é essencial recuperar o Mapa de Processos e Resultados (MaPR) do programa. Esse instrumento apresenta, de forma estruturada, os objetivos para os quais a política foi criada, seus processos

estratégicos, fluxos internos, agentes envolvidos, público-alvo e o contexto de operação. Esse mapeamento facilita a seleção de indicadores-chave, a organização desses indicadores em painéis orientados para diferentes usuários e, posteriormente, a definição de rotinas periódicas para atualização das informações.

Um modelo lógico bem definido não apenas esclarece os conceitos que fundamentam a política, como também orienta a identificação das informações mais relevantes para o seu monitoramento. Ainda, estabelece pressupostos essenciais para a escolha de indicadores, como o princípio da impessoalidade.

Dessa forma, é crucial que cada IF desenvolva seu próprio MaPR para as políticas de assistência estudantil, considerando a diversidade de realidades que caracteriza essas instituições, fruto de sua autonomia e territorialidade. Esse mapeamento permitirá não apenas a implantação de sistemas de monitoramento mais eficazes e adaptados às particularidades locais, mas também subsidiará a Setec/MEC com uma visão abrangente das práticas institucionais, possibilitando a proposição de ações e estratégias alinhadas à realidade dos IFs.

2.3 Fase II – Definição de Indicadores-chave

Para traduzir a realidade de forma mensurável em um sistema de monitoramento, é indispensável estabelecer indicadores que possam ser operacionalizados. Esses indicadores devem oferecer informações claras e de fácil comunicação, ser específicos para verificar se a política atingiu seus objetivos, ter mensuração e coleta acessíveis, ser relevantes para o que se pretende medir, além de possuir periodicidade regular e metas realistas e alcançáveis.

Os indicadores de monitoramento atuam como uma “filmagem” do processo de transformação social desencadeado pela política pública, avaliando o uso dos recursos, a execução das atividades, a entrega dos produtos e os efeitos gerais do programa. Não são necessários muitos indicadores para que o sistema de monitoramento seja eficiente; o essencial é que os dados sejam relevantes, organizados para diferentes públicos e permitam análises comparativas ao longo do tempo e entre unidades, como *campi* ou IFs.

A pesquisa sistematizou cinco indicadores-chave, alinhados aos objetivos do PNAES que, inclusive, foram incorporados à nova Política, conforme consta na Tabela 1:

Tabela 1

Indicadores-chave Finais para o Monitoramento da Assistência Estudantil

Indicadores-chave	Descrição	Objetivos
-------------------	-----------	-----------

Taxa de Evasão por Ciclo	Mede o percentual de evadidos em relação às matrículas dos ciclos concluídos no ano anterior ao de referência	
Taxa de Retenção por Ciclo	Mede o percentual de matriculados retidos por excederem o prazo previsto de integralização do curso, acrescido de um ano, em relação às matrículas dos ciclos concluídos no ano anterior ao de referência	I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
Taxa de Conclusão por Ciclo	Mede o percentual de concluintes em relação às matrículas dos ciclos encerrados no ano anterior ao de referência	II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
Índice de Eficiência Acadêmica	Mede a taxa média de conclusão dos cursos, considerando no cálculo um percentual de estudantes retidos que posteriormente finalizam os cursos. Considera apenas matrículas com término previsto no ano anterior ao de referência	III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
Índice de Desempenho Acadêmico	Mede a taxa de desempenho dos estudantes, com base em critérios acadêmicos, frequentemente relacionados ao rendimento escolar	

Nota. Elaborada pela autora.

Desses cinco indicadores-chave, apenas o de desempenho acadêmico ainda não está institucionalizado na Plataforma Nilo Peçanha, demandando uma discussão entre as instituições para definir a melhor forma de estruturá-lo. Silva (2022) identificou uma tendência de se associar o desempenho acadêmico ao cálculo do coeficiente de rendimento escolar, mas reconhece que a análise do desempenho acadêmico vai além do simples cálculo de coeficientes, estando inserida em um contexto mais amplo que envolve programas que buscam identificar e tratar questões psicológicas, sociais, pedagógicas e outras que podem influenciar a retenção, evasão e baixo rendimento acadêmico.

Adicionalmente, destaca-se que os indicadores analisados "por ciclo" diferem daqueles baseados em dados estatísticos do ano de referência, pois consideram informações agrupadas por ciclos de matrícula. Um ciclo de matrícula corresponde à oferta de um curso com carga horária definida, mesma data de início e previsão de término, englobando matrículas de alunos com o mesmo objetivo de certificação ou diploma. A análise desses indicadores "por ciclo" leva

em conta a situação de matrícula dos alunos cujo término do ciclo estava previsto para o ano anterior ao de referência.

Para um acompanhamento mais imediato que possibilite o planejamento de ações tempestivas voltadas à permanência dos estudantes, sugere-se, além da evasão por ciclo, o monitoramento da evasão anual. Esse indicador mede o percentual de matrículas que perderam vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso, em relação ao total de matrículas ativas.

Embora fundamentados no PNAES, esses indicadores permanecem atuais e ajustados à Política Nacional de Assistência Estudantil, que ampliou os objetivos do programa original. Sobre os novos elementos incorporados por esta última, cabe às instituições definirem as ações relacionadas e, a partir disso, estabelecer os elementos que serão monitorados.

Como exemplo, a sugestão de segmentar os indicadores por grupos vulneráveis pode ajudar no acompanhamento de ações destinadas a alunos estrangeiros. Várias instituições já oferecem auxílios financeiros e direcionam orçamentos significativos para iniciativas como os Jogos dos Institutos Federais (JIFs), demonstrando a viabilidade de incluir indicadores que avaliem esses investimentos e o número de alunos atendidos. Para iniciativas de formação, extensão e pesquisa, um ponto de partida pode ser a Portaria Setec/MEC n. 299, de 6 de maio de 2022, que estabelece indicadores nessas áreas.

Além desses indicadores focados nos resultados, a pesquisa teórico-empírica identificou indicadores intermediários, relacionados a recursos, produtos e processos das políticas de assistência estudantil. Esses também podem ser desenvolvidos pelas instituições para integrar a metodologia proposta, conforme constante na Tabela 2:

Tabela 2

Indicadores-chave Intermediários para o Monitoramento

Indicadores de Recursos
% de satisfação sobre a infraestrutura oferecida
% rotatividade interna e externa nas equipes da AE
% orçamento destinado aos benefícios de vulnerabilidade
Quantitativo de <i>campi</i> que possuem informatização dos processos de AE.
Indicadores de Processos e Produtos
% de estudantes que participam de Comissões, Comiês, Conselhos, Colegiados etc.

% de Comissões, Comitês, Conselhos e Colegiados que possuem participação estudantil
Índice percentual de estudantes da educação básica atendidos pela alimentação escolar
Índice Percentual de estudantes beneficiados com auxílio envolvidos em ações de extensão
Índice de atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas
Índice de atividades de extensão com a temática de diversidade e/ou inclusão (Taxa)
Número de programas, projetos e ações que envolvam a atenção educacional, social e de saúde dos estudantes

Nota. Elaborada pela autora.

A construção de indicadores passa pela seleção de variáveis em bases de dados disponíveis. Em seguida, o cálculo é realizado com base na definição conceitual, fórmula matemática e programação dos dados, que podem ser oriundos de diferentes bancos e fontes externas, em diversos formatos. Para isso, é necessário o uso de ferramentas computacionais para coletar, processar e apresentar as informações em formatos adequados ao tipo de programa monitorado.

Definir indicadores exige clareza sobre os objetivos e a lógica do programa. Esses indicadores devem refletir os fenômenos que se pretende monitorar ou as condições mais relevantes para o programa, com periodicidade e níveis de agregação bem definidos, permitindo comparações consistentes ao longo do tempo e entre unidades.

Para finalizar essa etapa, importa orientar que a inclusão de estratégias que mensurem a percepção dos beneficiários nos processos de monitoramento da assistência estudantil é essencial para avaliar de forma mais ampla e precisa o impacto das ações desenvolvidas. A satisfação dos estudantes, além de ser um importante resultado esperado dessas políticas, fornece indicadores valiosos sobre a eficácia das estratégias implementadas e a adequação dos serviços oferecidos às suas reais necessidades. Por meio do *feedback* dos beneficiários, as instituições podem identificar lacunas, ajustar práticas e planejar intervenções mais alinhadas à realidade dos estudantes. Essa abordagem participativa também fortalece o sentimento de pertencimento dos alunos e promove a transparência, contribuindo para a consolidação de políticas mais inclusivas e eficazes.

2.4 Fase III – Elaboração de Painéis de Indicadores

Após a definição dos indicadores-chave do sistema, o próximo passo é desenvolver painéis informativos que comuniquem e deem visibilidade a esses dados, organizando-os de

acordo com o nível de relevância operacional ou estratégica para os diferentes perfis de gestores. Por exemplo, para os servidores diretamente envolvidos na execução e gestão das ações, os painéis devem apresentar informações essenciais para o desempenho eficiente de suas atividades, atualizadas com maior frequência (taxa de frequência dos alunos, notas nas disciplinas e participação em atividades de pesquisa e extensão). Já para reitores e diretores-gerais, que atuam em um nível mais estratégico, os painéis devem oferecer uma visão holística dos macroprocessos do programa.

Outra abordagem para organizar os painéis seria agrupar os indicadores de acordo com suas finalidades: indicadores intermediários, que monitoram a regularidade e eventuais disfunções no fluxo de transformação de insumos em resultados, com foco na eficiência, eficácia e efetividade; e indicadores finais, que avaliam os resultados e impactos das intervenções, orientados para a gestão estratégica. Como referência, o Observatório da Assistência Estudantil e o Painel de Orçamento do IFCE podem servir como inspirações iniciais para os IFs desenvolverem painéis específicos relacionados à assistência estudantil.

Atualmente, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) já oferece uma visão mais abrangente e estratégica, com dados divulgados anualmente, incluindo quatro dos cinco indicadores-chave sistematizados para o monitoramento das políticas de assistência estudantil (Apêndice B). Ainda assim, sugere-se a criação de novos painéis nacionais unificados, exclusivos para a assistência estudantil, voltados para os níveis operacional e tático. Esses painéis poderão apresentar indicadores intermediários relacionados às ações de assistência, oferecendo informações mais dinâmicas e tempestivas de todos os IFs, ajustadas para diferentes públicos e necessidades. Isso não apenas complementarará os dados da PNP, como fortalecerá a gestão e transparência das políticas de assistência estudantil nos IFs.

2.5 Fase IV – Definição de Fontes de Informação para o Acompanhamento Regular do Programa

Os painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento devem se basear nos dados continuamente atualizados nos cadastros e registros administrados pelos gestores e operadores dos programas. Esses sistemas devem estar integrados aos sistemas informatizados de gestão, que já registram informações sobre atendimentos realizados, características dos beneficiários, processos intermediários e dados operacionais relacionados ao funcionamento do programa.

Em casos pontuais, pode ser necessário criar rotinas adicionais de coleta fora dos processos habituais, mas o foco deve estar em aproveitar as informações já geradas na operação

cotidiana. Criar rotinas de registro, tanto para beneficiários quanto para agentes operacionais, pode gerar atrasos e comprometer a qualidade dos dados, resultando em registros mal preenchidos e ineficazes.

Idealmente, um sistema nacional integrado será alimentado pelas instituições com os dados acordados, gerando automaticamente *dashboards* que facilitem o acompanhamento e análise dos indicadores. Para garantir a regularidade desse processo, a Setec/MEC poderá estabelecer condicionalidades para o envio das informações, como vincular a atualização dos dados ao processo de pactuação de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com as instituições.

Entre os desafios observados nas unidades investigadas na pesquisa teórico-empírica, destacou-se a ausência de um sistema de gestão integrado e eficiente para as políticas de assistência estudantil. As instituições sugeriram que a Setec/MEC desenvolva um sistema unificado, inspirado no modelo nacional utilizado pelo Programa Pé de Meia, para atender às necessidades específicas da assistência estudantil.

Enquanto os sistemas institucionais são aprimorados, é possível utilizar métodos como questionários, entrevistas, observação direta e grupos focais para coletar informações sobre a trajetória acadêmica dos estudantes. Para garantir a regularidade e a padronização dos fluxos, recomenda-se o estabelecimento de um protocolo específico para essas atividades, assegurando que as informações sejam coletadas de forma consistente e alinhada aos objetivos do monitoramento.

2.6 Fase V – Definição de Estratégias de Análise e Disseminação das Informações

A análise dos dados de monitoramento é a fase final do framework e desempenha um papel crucial para a extração de *insights* relevantes que servirão de base para a avaliação da efetividade das políticas de assistência estudantil. Como estratégias de análise, pode-se utilizar, dentre outras:

a) Análise Descritiva: Comece por descrever os dados coletados para identificar padrões gerais em relação às taxas de permanência, evasão, desempenho acadêmico e acesso aos benefícios. Por exemplo, relacione as disciplinas/componentes curriculares com maior e menor índice de retenção assim como os cursos com maior e menor índice de retenção e índice de concluintes. Essa análise inicial ajuda a delinear o cenário geral da assistência estudantil.

b) **Análise Comparativa:** Compare os dados entre diferentes períodos, grupos, *campi* e até instituições. Por exemplo, avalie indicadores como desempenho acadêmico ou taxa de evasão antes e após a implementação de determinadas ações ou políticas.

c) **Tendências Temporais:** Utilize registros temporais (linhas de base) para acompanhar o progresso de indicadores ao longo do tempo, como desempenho acadêmico no início, meio e final do ciclo. Isso permite identificar evoluções ou retrocessos.

d) **Abordagens Estatísticas:**

d.1) **Estatísticas Inferenciais:** Utilize testes estatísticos para verificar a significância das diferenças observadas entre grupos, como ANOVA ou testes t para amostras independentes;

d.2) **Modelos de Regressão:** Aplique modelos para entender como diferentes variáveis (ex.: renda, gênero, acesso à internet) impactam os resultados dos beneficiários;

d.3) **Análise Multivariada:** Explore as interações entre múltiplos fatores, como desempenho acadêmico em função da vulnerabilidade social e do acesso aos benefícios.

Para uma análise mais estratégica, recomenda-se criar grupos de controle entre beneficiários e não beneficiários das políticas de assistência estudantil. Esses grupos fornecem parâmetros para avaliar o impacto das políticas, permitindo comparações como diferenças no desempenho acadêmico ou na participação em atividades de pesquisa, extensão e esportes. É fundamental destacar que a finalidade dessa análise não é criar *rankings* ou juízos de valor entre os grupos, mas compreender as variações e impactos gerados pela assistência estudantil.

Os dados devem ser segmentados para permitir análises específicas de grupos historicamente vulneráveis, como pretos, pardos, indígenas e quilombolas; estudantes estrangeiros; beneficiários de políticas afirmativas; estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Essa segmentação facilita a identificação de desigualdades pontuais e permite propor ações direcionadas e mais efetivas.

Por fim, tão importante quanto produzir informações é garantir sua apropriação pelos diferentes públicos-alvo. Para isso, é essencial desenvolver produtos “customizados”, ajustando o formato, o conteúdo e a complexidade às necessidades específicas de técnicos e gestores. A disseminação do conhecimento deve ir além de relatórios e documentos sintéticos, incorporando estratégias mais interativas, como palestras presenciais ou *online*, exposições de fotos, vídeos e até mesmo dinâmicas de grupo.

2.7 Plano de Implantação do PTT

Para auxiliar na materialização desta proposta, propõe-se o percurso metodológico a seguir exposto.

2.7.1 Apresentação da Metodologia e Formação de Grupo de Trabalho (GT)

A primeira etapa consiste na apresentação formal da metodologia para a Setec/MEC, acompanhada da sugestão de formação de um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes das instituições de ensino e da Secretaria. Este GT terá a responsabilidade de discutir o modelo proposto e desenvolver um roteiro detalhado para a implementação do framework, assegurando sua aplicabilidade e adaptação às realidades institucionais.

2.7.2 Projeto-piloto para Validação Prática

Após a definição de uma proposta preliminar pelo GT, recomenda-se a realização de um projeto-piloto nas cinco instituições estudadas na pesquisa teórico-empírica. Durante um período mínimo de um semestre, a proposta será aplicada e testada nessas instituições, permitindo a coleta de feedback sobre a sua execução.

2.7.3 Revisão e Submissão ao CONIF e Fóruns

Com base no feedback obtido durante o projeto-piloto, o modelo será revisado, aprimorado e submetido à apreciação do CONIF e dos fóruns envolvidos.

2.7.4 Institucionalização e Divulgação

Após os ajustes necessários, a partir das sugestões do CONIF/Fóruns, a proposta será institucionalizada por meio de Portaria da Setec/ME. Em seguida, serão implementadas estratégias de divulgação para engajar as instituições, incluindo seminários, materiais informativos e apresentações, promovendo o entendimento e a adesão à metodologia.

2.7.5 Capacitação e Fortalecimento do Capital Humano

Tendo em vista a importância dos agentes públicos no sucesso da implementação, deverão ser promovidos treinamentos e capacitações para os gestores e equipes responsáveis pelas políticas de assistência estudantil. Esses treinamentos visam alinhar as competências às exigências do modelo, garantindo sua operacionalização eficaz.

2.7.6 Implantação da Cultura do Monitoramento e Revisões Periódicas

É essencial que o framework seja compreendido como um sistema dinâmico, sujeito a revisões periódicas com base nos resultados e feedbacks recebidos. A cultura do monitoramento

será consolidada ao permitir ajustes e melhorias contínuas, garantindo que o modelo evolua conforme as necessidades das instituições e dos beneficiários.

2.7.7 Pontos de Atenção

Para garantir o êxito da proposta, o framework deve ser estruturado como um sistema híbrido, combinando uma base padronizada nacionalmente com a flexibilidade necessária para que cada instituição incorpore informações adicionais, alinhadas às suas necessidades e especificidades regionais. Essa abordagem permite atender à diversidade de contextos institucionais, sem comprometer a comparabilidade e a uniformização dos dados.

Além disso, um fator essencial para a efetividade da ferramenta é a avaliação da viabilidade técnica para o desenvolvimento de um sistema de gestão integrado, que facilite o monitoramento das políticas de assistência estudantil, o que pode ser realizada pelo próprio GT. Paralelamente, a Setec/MEC deve analisar estratégias para fortalecer os quadros de pessoal das equipes responsáveis pelo monitoramento e considerar a criação de uma estrutura específica na Secretaria voltada exclusivamente para os assuntos estudantis, garantindo suporte mais efetivo às instituições.

3 BASE TEÓRICA UTILIZADA

A elaboração deste PTT está fundamentada em bases teórico-metodológicas e na realidade observada em cinco IFs, representando cada região do país. Esse trabalho reflete a complexidade de combinar preceitos normativos, práticas de monitoramento e recentes contribuições acadêmicas, que se interligam para embasar a estrutura e a operacionalização deste framework.

O monitoramento de políticas públicas é essencial para acompanhar a evolução das ações e avaliar sua eficiência, eficácia e efetividade. Esse processo utiliza indicadores e ferramentas para medir o desempenho das ações implementadas e fornecer informações gerenciais que sustentam a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas (Januzzi, 2016; Souza & Costa, 2020).

No contexto dos IFs, que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), o PNAES enfrentou desafios específicos relacionados à diversidade institucional, à ausência de sistemas integrados de monitoramento e à carência de dados segregados sobre os beneficiários das ações (Gomes & Passos, 2018; Taufick, 2014;). Apesar de iniciativas locais relevantes, como o uso de painéis estratégicos e acesso a bases de dados

governamentais, ainda há limitações significativas na padronização e na abrangência das práticas de monitoramento (Lima, 2023).

A literatura ressalta a necessidade de sistemas de monitoramento e avaliação que aliem indicadores-chave à flexibilidade para adaptação às especificidades locais, permitindo análises robustas e comparativas entre instituições (Januzzi, 2016; Poister, 2015). Nesse sentido, Vaitsman (2009) argumenta que a produção e análise de informações qualificadas, integradas a um sistema nacional, são essenciais para o planejamento estratégico e a consolidação de políticas sociais.

Ferramentas como o MaPR, *dashboards* e indicadores claros, como os índices de eficiência acadêmica, são fundamentais para a construção de sistemas de monitoramento eficazes (Januzzi, 2016). Além disso, é crucial compreender os desafios de se monitorar em ambientes de rede heterogêneos e reconhecer as especificidades de cada contexto. Essa abordagem permite o desenvolvimento de sistemas adequados às diferentes realidades institucionais, capazes de realizar monitoramentos efetivos que forneçam bases sólidas para avaliações de impacto (Poister, 2015).

Adicionalmente, Januzzi et al. (2009) destacam que instrumentos de monitoramento devem ser alinhados ao estágio de maturidade do programa, respondendo às demandas específicas dos gestores ao longo do "ciclo de vida" da política. O desenho desses instrumentos não segue uma fórmula única, mas é orientado por boas práticas, experiências acumuladas e recomendações contextuais.

A recente sanção da Lei n. 14.914 (2024), que ampliou as diretrizes do PNAES, incluindo expressamente a educação profissional e tecnológica e redefinindo critérios de renda, representa um avanço significativo na institucionalização da assistência estudantil. No entanto, para alcançar seus objetivos, é imprescindível fortalecer as práticas de monitoramento, garantindo dados atualizados e relevantes que sustentem a gestão e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à equidade educacional (Lima & Mendes, 2020).

Além do referencial teórico, materiais de caráter prático foram essenciais para a estruturação das etapas do framework. Entre eles, destacam-se: *Monitoramento em Foco: A importância das Políticas Públicas e de conhecer o fenômeno a ser monitorado*, elaborado pelo Ministério das Cidades (2022); a *Metodologia de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Maranhão* (2020); e o *Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais* (Joppert & Silva, 2012), fruto da colaboração

entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Também foi utilizado o material do curso de capacitação EAD em *Planejamento Estratégico Municipal e Desenvolvimento Territorial – Módulo 3: Monitoramento e Avaliação* (s.d.), desenvolvido em parceria pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS) e a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

4 RELEVÂNCIA DO PRODUTO

4.1 Complexidade e Aderência

O desenvolvimento deste framework exigiu a integração de múltiplas dimensões teóricas e práticas, enfrentando a complexidade decorrente das diversas realidades institucionais dos IFs. Também vale destacar a escassez de estudos realizados especificamente no ambiente organizacional dos IFs, em comparação com as Universidades, que também executam ações de assistência estudantil em âmbito federal.

Em alinhamento à área de concentração e às linhas de atuação do PGAP/MPA/UnB, o framework se apresenta como um instrumento estratégico de monitoramento de políticas e programas públicos, com o objetivo de aprimorar a gestão pública. Ele busca promover a eficiência e a eficácia das ações de assistência estudantil, ao mesmo tempo em que se alinha aos princípios de transparência e *accountability*, fortalecendo a capacidade institucional e contribuindo para a construção de políticas públicas mais equitativas e orientadas a resultados.

4.2 Potencial Inovador

O PTT apresenta um significativo potencial inovador ao propor uma estrutura conceitual flexível, alinhada à literatura e às boas práticas contemporâneas, para aplicação em nível nacional em todos os IFs. Essa abordagem responde a recomendações reiteradas pelos órgãos de controle, considerando que o monitoramento nessas instituições ainda apresenta lacunas relevantes.

O foco central da proposta é direcionado aos alunos, os principais beneficiários do programa, garantindo que suas necessidades estejam no cerne do processo. A proposta combina a uniformização do monitoramento, promovendo maior eficiência e comparabilidade entre as instituições, com o respeito à autonomia e às especificidades locais, proporcionando uma implementação adaptada às realidades distintas dos IFs.

4.3 Aplicabilidade

O framework de monitoramento das políticas de assistência estudantil foi projetado com foco em praticidade e alta aplicabilidade, visando facilitar a execução das atividades de monitoramento nos IFs. Sua estrutura foi desenvolvida de forma colaborativa, com base em literatura especializada, boas práticas, e nos resultados da pesquisa teórico-empírica realizada em cinco IFs, representando todas as regiões do país. Esse desenvolvimento colaborativo assegura a relevância e a utilidade prática do framework em diversos contextos institucionais.

Entre as principais características do framework, destacam-se sua linguagem acessível e flexibilidade, permitindo a adaptação às diferentes realidades regionais dos IFs, considerando especificidades socioeconômicas e culturais de cada território. Essa versatilidade possibilita sua replicação em outras instituições da RFEPCT, bem como em diferentes contextos institucionais que executam políticas de assistência estudantil, ampliando significativamente sua aplicabilidade.

Embora tenha sido desenvolvido com foco nas políticas de assistência estudantil, o framework foi concebido de forma flexível, garantindo sua adaptabilidade a outras políticas públicas e instituições. Essa preocupação esteve presente desde sua concepção, resultando em uma estrutura neutra, que pode ser ajustada conforme as necessidades específicas de diferentes programas e contextos institucionais. A título de exemplo, entende-se que as perguntas que norteiam cada uma de suas 3 (três) dimensões são aplicáveis e, até obrigatórias, para a concepção de sistemas de monitoramento eficaz de quaisquer políticas públicas.

4.4 Impacto Potencial

Este PTT possui um potencial expressivo para agregar valor à assistência estudantil, ao focar em uma etapa estratégica do ciclo de políticas públicas, que é o monitoramento e avaliação. Seu impacto é evidenciado pela possibilidade de aprimorar a eficiência operacional, organizar e sistematizar processos, além de fornecer uma base sólida de evidências para embasar a tomada de decisões. O Produto também promove a transparência e a *accountability*, valores fundamentais para a gestão pública contemporânea.

A aplicação deste framework pode impulsionar a efetividade das ações de assistência estudantil nos IFs, refletida em um maior alinhamento com os objetivos e na ampliação do alcance dessas políticas para atender de forma mais eficaz às necessidades dos estudantes. O impacto gerado será mensurável por meio de indicadores que demonstrem avanços na permanência, desempenho acadêmico e conclusão dos cursos pelos beneficiários das políticas

de assistência estudantil, traduzindo-se em resultados concretos e transformadores para as instituições e para o público atendido.

5 DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E EVIDÊNCIAS

O PTT foi desenvolvido com base nos registros das entrevistas realizadas com as cinco instituições investigadas na pesquisa teórico-empírica. O roteiro das entrevistas (Apêndice A) foi cuidadosamente elaborado para subsidiar a construção do framework. Outras evidências, como portarias, relatórios, atas de reuniões, entre outros documentos, poderão ser obtidas durante a execução do plano de implantação proposto e, com a implementação da ferramenta.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Brasil. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. (2007). Ministério da Educação. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf
- Gomes, A. M. de O., & Passos, G. de O. (2018). A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos institutos federais. *Revista de Políticas Públicas*, 22(1), 416-442. <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158843021/321158843021.pdf>
- Jannuzzi, P. de M., Silva, M. R. F. M., de Faria Sousa, M. A., & Resende, L. M. (2009). Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos no Brasil. *Reflexões para Ibero-América*, 101-138. <http://repositorio.ena.gov.br/handle/1/693>
- Januzzi, P. de M. (2016). *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Editora Alínea.
- Joppert, M. P. & Silva, R. R. (2012). Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais. CNM/Pnud. [https://cnm.org.br/storage/biblioteca/Guia%20de%20Monitoramento%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20\(2012\).pdf](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/Guia%20de%20Monitoramento%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20(2012).pdf)
- Koerich, M. S., Backes, D. S., de Sousa, F. G. M., Erdmann, A. L., & Albuquerque, G. L. (2009). Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 11(3). <https://doi.org/10.5216/ree.v11.47234>
- Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024. (2024). Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm
- Lima, W. A. S., & Mendes, V. L. P. S. (2020). Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25, 199-218. <https://doi.org/10.1590/S1414-407720200001000011>
- Lima, W.A.S. (2023). Elementos avaliativos de políticas públicas na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos institutos federais brasileiros [Tese

- de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Biblioteca de Dissertações e Teses da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36798>
- Ministério das Cidades. (2022). *Monitoramento em Foco: A Importância do Monitoramento das Políticas Públicas e de conhecer o fenômeno a ser monitorado*. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_227.pdf
- Ministério da Educação. (2020). *Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/referencia-metodologica>
- Ministério da Educação. (2022). Portaria n. 299, de 6 de maio de 2022. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-299-de-6-de-maio-de-2022-399680297>
- Ministério da Educação. (2024). Plataforma Nilo Peçanha. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão & Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (s.d.). *Curso de Capacitação EAD em Planejamento Estratégico Municipal e Desenvolvimento Territorial – Módulo 3 : Monitoramento e Avaliação*. <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/653/1/CEGOV%20-%20202014%20-%20PPA%20M3%20Caderno%20de%20estudos%20%5BOUT%2024%5D.pdf>
- Poister, T. H. (2015). Performance measurement. *Handbook of practical program evaluation*, 108-136.
- Santos, G. K. dos, & Raupp, F. M. (2015). Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA. *Revista de Administração Pública*, 49(6), 1429–1451. <https://doi.org/10.1590/0034-7612140673>
- Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Governo do Estado do Maranhão. (2020). *Metodologia de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Maranhão*. https://seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/Metodologia-de-Monitoramento-e-Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-1%C2%AA-Vers%C3%A3o.pdf?_gl=1*1jfpvm*_ga*NTI4NTQ4ODkwLjE3MzcxNjk4NzY.*_ga_43WSLQF7SQ*MTczNzE2OTg3Ni4xLjAuMTczNzE2OTg3Ni42MC4wLjA
- Silva, L. S. da. (2022). Proposta de Metodologia para a Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil das Universidades Federais a partir do PNAES. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240881>

- Souza, R. C. de, & Costa, M. A. T. S. (2020). Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28, 362-385. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803>
- Taufick, A. C. de O. L. (2014). Análise da política de assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30(1).
<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>
- Thiollent, M. (2018). *Metodologia de Pesquisa-ação*. Cortez Editora.
- Vaitsman, J. (2009). Monitoramento e avaliação de programas sociais: principais desafios. In Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome ; UNESCO (Eds.), *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil (pp.157-169)*.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183075>

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASPECTOS INICIAIS
Apresentação da pesquisadora: Jéssica Cristina Pereira Santos. Mestranda em Administração Pública pela Universidade de Brasília. Orientação: Prof. Dr. Arnaldo Mauerberg Júnior
Finalidade da pesquisa: Propor um framework para auxiliar no monitoramento da política de assistência estudantil em Institutos Federais, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Ética da pesquisa: Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Solicitação para gravar em forma de áudio, garantindo o anonimato ao participante.
Perguntas
BLOCO I - Contextualização e Estrutura
1. Como você define a finalidade e a importância das ações de assistência estudantil a partir do PNAES na sua instituição?
2. Quais são os principais recursos (orçamentários e não-orçamentários) envolvidos na execução das ações de assistência estudantil?
2.1 Qual a principal demanda da instituição nesse aspecto? (LOA, captação externa, pessoal, capacitação)
BLOCO II – Áreas de aplicação e Operacionalização
3. Como é a operacionalização da política de assistência estudantil na sua instituição, a partir do PNAES? Descreva as principais etapas e atividades envolvidas. (estrutura multicampi)
3.1. Qual(is) etapa(s)/atividade(s) você considera mais crítica(s) e que necessita(m) de melhorias?
4. A instituição executa ações em todas as 10 áreas previstas no Decreto 7.234/2010?
4.1 Quais são as 3 áreas com maior execução?
4.2 Quais são as principais ações implementadas nessas áreas?
4.3 Além dos auxílios estudantis, a instituição desenvolve outras ações para atendimento ao aluno? Quais?
5. Como é definida a alocação do orçamento em cada área de atuação? (estudo prévio)
5.1 Há participação dos alunos nesse processo? De que formas se dá essa participação?
BLOCO III – Divulgação e Seleção
6. Como as ações são divulgadas para o público-alvo?
6.1 A Reitoria participa desse processo?
6.2 Você considera que as ações de divulgação são suficientes? Por quê?
6.3 Quais outras ações você acredita que poderiam ser implementadas nesse sentido?
7. De forma geral, como é feita a seleção dos beneficiários? (Edital)
7.1 Quais setores participam desse processo?
7.2 De que forma se dá a participação deles (qual o papel de cada um)?
7.3 A instituição estabelece critérios de contrapartida para a manutenção do benefício? Se sim, quais?
BLOCO IV – Monitoramento e Avaliação
8. Como a instituição realiza o monitoramento das ações de assistência estudantil, a partir do PNAES?
8.1 Quais instrumentos são utilizados?

8.2 Quais variáveis são acompanhadas?
8.3 A instituição possui indicadores e metas específicas para o acompanhamento do PNAES? Se sim, quais?
8.4 O desempenho dos beneficiários é monitorado? De que forma?
8.5 Há registro e análise das taxas de retenção e evasão dos beneficiários? Em que momento se dá o registro? Em que momento se dá a análise? Como essas informações são utilizadas para a tomada de decisão? Em que situações?
8.6 Existem mecanismos para conhecer a opinião dos alunos sobre os benefícios recebidos?
9. Há normas específicas para regulamentar o acompanhamento e a avaliação do Programa?
10. Qual a maior dificuldade para realizar o monitoramento na sua instituição?
11. A instituição realiza avaliação dos resultados do programa? De que forma?
BLOCO V – Resultados
12. Você acredita que atualmente, os objetivos do PNAES estão sendo alcançados na sua instituição?
12.1 Quais documentos podem demonstrar isso?
12.2 Quais os principais resultados (imediatos e de curto prazo) alcançados até hoje com as ações de assistência estudantil?
12.3 E quais os impactos (amplos e de longo prazo)?
13. Em média, quantos % da demanda é atendida anualmente?
13.1 Qual a área mais atendida e qual a que possui maior demanda reprimida?
13.2 A que fatores você atribui essa situação (orçamento, capacidade de atendimento, pessoal etc.)?
14. Quais fatores internos e externos afetam o desempenho da assistência estudantil, a partir do PNAES, na sua instituição? (demanda local)
BLOCO VI – Sugestões de melhoria
15. Você acredita que seria importante a Setec/MEC estabelecer diretrizes para o monitoramento do PNAES na Rede Federal?
15.1 Você já recebeu alguma orientação nesse sentido?
16. Quais variáveis e/ou indicadores você considera indispensáveis para o monitoramento do PNAES, com foco na efetividade da política para os beneficiários?
17. Quais suas sugestões para o aprimoramento da assistência estudantil na Rede Federal de EPCT?

APÊNDICE B – FICHAS DOS INDICADORES SISTEMATIZADOS

Conclusão Ciclo – CCiclo [%]	
Este indicador mede o percentual de concluintes em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto maior Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$CCiclo [\%] = \frac{CCiclo}{MCiclo} \times 100$	
C_{Ciclo} – Concluintes no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” (alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares do curso no ano de referência, fazendo jus à certificação), e a Quantidade de alunos “integralizados em fase escolar” (alunos que concluíram a Carga Horária da unidades curriculares e ainda não podem receber a certificação por não terem concluído componentes como Estágio, TCC e ENADE), considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência.	M_{Ciclo} - Matrículas no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Evasão Ciclo – EvCiclo [%]	
Este indicador mede o percentual de evadidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para este cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto menor Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$EvCiclo [\%] = \frac{EvCiclo}{MCiclo} \times 100$	
Ev_{Ciclo} – Evadidos no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.	M_{Ciclo} - Matrículas no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Retenção Ciclo – R_{Ciclo} [%]	
Este indicador mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto menor Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$EvCiclo [\%] = \frac{EvCiclo}{MCiclo} \times 100$	
Ev_{Ciclo} – Evadidos no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.	M_{Ciclo} - Matrículas no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Índice de Eficiência Acadêmica – I_{EA} [%]		
Este indicador mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.		
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.		
Polaridade: Quanto maior Melhor.		
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.	
Modelo Matemático:		
$IEA [\%] = CCiclo + \left[\left(\frac{CCiclo}{CCiclo + EvCiclo} \right) \times RCiclo \right] \times 100$		
CC_{Ciclo} [%] - Conclusão Ciclo Fonte: PNP Definição: percentual de CONCLUINTES, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.	Ev_{Ciclo} [%] Evasão Ciclo Fonte: PNP Definição: percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.	R_{Ciclo} [%] Retenção Ciclo Fonte: PNP Definição: percentual de matriculados que são classificados como RETIDOS por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no anterior ao Ano de referência.

Fonte: Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha (2020).